

Por que o crescimento deu bolo nos brasileiros?



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

Da mesma forma que a década anterior foi a da estabilização da inflação (e da universalização do ensino fundamental), a década atual é — pelo menos até agora — a da redução da desigualdade de renda (e da geração de emprego formal), que são momentos do mesmo processo quando a renda per capita média fica estagnada — mesmo após a revisão do PIB. Usando a tradicional analogia: o bolo dos brasileiros cresceu com bastante fermento nas classes mais pobres mas apesar do banquete em escala global, a receita macroeconômica geral desandou e o bolo dos pobres dos brasileiros solou. Como eu já tive a oportunidade de discutir inúmeras vezes neste espaço as causas da recente redução da desigualdade brasileira, discuto agora os ingredientes da estagnação da renda média à brasileira.

O crescimento é importante mesmo se o objetivo no longo prazo fosse apenas a redução da pobreza, uma vez que a redução de desigualdade tem um limite máximo — isto é, o mínimo do índice de Gini é zero — enquanto o crescimento é, por natureza, fonte ilimitada de eliminação de miséria. O crescimento é composto de causas estruturais e compensa-

tórias. As primeiras estão associadas a mudanças mais permanentes nos retornos, acesso e uso de ativos geradores de renda trabalhista. Olhando pelos olhos da PNAD/IBGE: a renda do trabalho per capita caiu a uma taxa anual de 1,49% no período 2001 a 2005. O declínio na produtividade, medida pelo salário-hora, foi o principal fator do declínio trabalhista do período 2001-05, contribuindo com uma queda de 1,35% por ano, apesar do fato que a força de trabalho no Brasil estar ficando mais qualificada. Os anos de estudo da força de trabalho aumentaram a uma taxa anual de 3,97% por ano, o que contribuiria para um aumento na produtividade à mesma taxa, se as demais variáveis fossem constantes. Entretanto, a expansão da educação tem sido acompanhada por um declínio no retorno da educação a uma taxa anual de - 4,85%, maior portanto que a expansão educacional, gerando a redução líquida do salário-hora observada. Isto sugere que a demanda no mercado de trabalho tem sido fraca, gerando redução líquida nas taxas de salário. Em suma, a interação entre oferta e demanda por educação no mercado de trabalho sugere que a primeira tem andado de maneira acelerada para frente, enquanto a segunda aponta na direção contrária, fruto da estagnação da economia apesar dos marcados avanços educacionais herdados do período anterior.

Uma das principais mudanças recentes de cunho mais estrutural foi a recuperação dos postos de trabalho do conjunto da

sociedade de 1,43% ao ano no período 2001 a 2005. Uma das principais peças do "quebra-cabeça" trabalhista é o aumento do número líquido de empregos formais já mencionado, que se acelera este ano para 700 mil postos de trabalho entre janeiro e abril de 2007, o melhor período da série histórica que começa em 1992. Nesses casos devemos atentar para quebras institucionais por trás dessas mudanças, o efeito de reformas trabalhistas — aparentemente "meia-sola", por preservar a CLT — introduzidas no fim da década de 1990, tais como suspensão temporária de contrato de trabalho; condomínio de empregadores rurais; e banco de horas sobre o emprego. Isso poderia estar latente, à espera de um surto de crescimento maior. A geração de emprego, de 2000, corrobora essa interpretação. Outros determinantes institucionais destas mudanças, como a introdução do crédito consignado, associado a emprego formal e a benefícios previdenciários, pode aumentar a atratividade do emprego formal daqueles que estão na ativa, seja pelo maior acesso a crédito no presente, seja pela perspectiva de aposentadoria futura do empregado com carteira. Não devemos esquecer que a agenda mais ampla de reformas estruturais dos anos 90, como a abertura da economia, privatizações e reforma administrativa, geraram custos de curto prazo em termos de geração de empregos, mas efeitos positivos a prazo mais longo. Nesta interpretação, investimentos em educação e reformas estruturais realizadas nos anos 90 geraram parcela da expansão dos novos pos-

tos trabalhistas da década posterior.

Na frente compensatória há o salário mínimo, que cresceu 94% em termos reais no início de 1995 até 2006, incluindo o aumento de quase 24% em 2005 e 2006, mas sem contar o ganho real do salário mínimo para 2007. Neste aspecto existem algumas evidências referentes aos dois últimos reajustes já concedidos, de que em termos de mercado de trabalho o salário mínimo tem gerado mais perdas de perda e/ou precarização de emprego do que de ganho de salários, o que contraria a experiência brasi-

O bolo dos brasileiros cresceu com mais fermento entre mais pobres mas, apesar do banquete global, a receita macro desandou e o bolo total solou

leira dos anos 90. A expansão de outros programas de transferência de renda bem mais focalizados, como o Bolsa Família, apontam na direção do aumento das despesas públicas, mas com impacto sobre a desigualdade de renda.

É preciso ter em mente que adoção e expansão de um novo regime de políticas de renda — sem acabar com o antigo regime —, baseado na expansão da nova safra de programas de transferência de renda financiados pelo governo federal, leva a um aumento das despesas públicas que, por sua vez, dada a Lei de Responsabilidade Fiscal, leva ao incremen-

to da carga tributária e da taxa de juros, as quais cresceram 10 pontos percentuais do PIB a partir de 1995, alcançando cerca de 35% no final de 2006, e contribuíram para o aumento da dívida pública brasileira a mais da metade do PIB. Juros e carga tributária altos explicam o fraco desempenho econômico do Brasil. Reduzir a desigualdade com base em políticas pouco focalizadas trava o crescimento da economia.

Cumprir assinalar tanto a importância da manutenção da estabilidade macroeconômica (manutenção de metas inflacionárias, do câmbio flutuante e da Lei de Responsabilidade Fiscal), como sugerir o avanço nas reformas econômicas e sociais. É preciso abandonar o antigo regime de políticas sociais relativamente pouco focado do salário mínimo, e enfatizar um novo regime de políticas públicas, representado por: 1) melhoria de acesso dos produtores pobres a mercados de crédito, de bens e serviços, configurando um choque de capitalismo nos pobres; 2) upgrades na rede do Bolsa Família, que atinge 25% dos brasileiros e 3) a efetivação do PAC educacional. A escola é o ingrediente essencial do espetáculo do crescimento sustentável e a preços populares.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio social".
E-mail: mcneri@fgv.br